

# Da incidência marxista na formação profissional e produção acadêmica em Serviço Social: notas introdutórias

*On the marxist impact on professional training and academic production in social work: introductory notes*

Reinaldo Nobre Pontes\* 

## ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.75917>

### RESUMO

Este ensaio apresenta reflexões analíticas sobre a influência do pensamento marxista no Serviço Social brasileiro, na particularidade da formação e produção científica desde os anos 1990. Adotou-se a pesquisa bibliográfica, tomando-se como referência livros de Serviço Social e artigos em periódicos (A1) mais influentes que abordaram a interface das categorias “marxismo”, “formação profissional”, “produção acadêmica”, “Serviço Social”. Tomou-se a concepção crítico-dialética do processo histórico da profissão e seus determinantes como referência. Em face aos dados obtidos e às experiências pessoalmente testemunhadas e protagonizadas, conclui-se sobre a decisiva influência nas formas de concepção, organização e direção teórico-metodológica, ético-política e prática da formação de assistentes sociais, especialmente a partir da década de 1990, como também no redirecionamento crítico da produção científica, notadamente nos programas de pós-graduação. Identificam-se também claras ameaças a este patrimônio crítico, seja com o aligeiramento privatista/não presencial crescente na formação profissional, seja pela ascensão do conservadorismo e do pós-modernismo.

**Palavras-Chave:** marxismo; Serviço Social; formação profissional; produção acadêmica.

### ABSTRACT

This essay presents analytical reflections on the influence of Marxist thought on Brazilian social work, in the particularity of training and scientific production since the 1990s. Bibliographical research was adopted, taking as reference social work books and articles in the most influential journals (Qualis A1) who addressed the interface of the categories “Marxism”, “professional training”, “academic production”, and “social work”. The critical-dialectical conception of the historical process of the profession and its determinants was taken as a reference. In view of the data obtained and the experiences personally witnessed and carried out, it is concluded that there was a decisive influence on the forms of theoretical-methodological, ethical-political, and practical conception, organization, and direction in the training of social workers, especially from the 1990s onwards, as well as in the critical redirection of scientific production, notably in graduate programs. Clear threats to this critical heritage are also identified, either with the increasing privatization/distance learning in professional training, or by the rise of conservatism and postmodernism.

**Keywords:** Marxism; social work; professional training; academic production.

\* Universidade Federal do Pará,  
Belém, PR, Brasil.  
E-mail: [rnobrepontes@gmail.com](mailto:rnobrepontes@gmail.com).

Como citar: PONTES, R. N. Da incidência marxista na formação profissional e produção acadêmica em Serviço Social: notas introdutórias. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, n.52, v. 21, maio/ago. 2023, p. 87 - 102. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.75917>

Recebido em 15 de abril de 2023.

Aprovado para publicação em 03 de maio de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

## Introdução

O presente ensaio possui a peculiaridade de se mesclar com movimentos de minha própria trajetória profissional, pois me graduei em Serviço Social na primeira metade dos anos 1980, quando a reconceituação abria espaços para novos ares para a profissão, fazendo meus primeiros contatos com a tradição marxista e a obra marxiana (MARX, 1982; CARVALHO, 1983; FALEIROS, 1985; SANTOS, 1985). No mestrado, realizado na primeira metade dos anos 1990, fiz contato com a crítica marxiana à reconceituação marxista (chamada por Netto [1991] de “intenção de ruptura”), quando me aproximei da perspectiva da Escola de Budapeste (LUKÁCS, 1979a; HELLER, 1985), da Escola de Frankfurt (MARCUSE, 1984) e também com aproximações muito importantes a Hegel (1987) e através de Garaudy (1983) e Konder (1991). Tais sínteses aparecem em Pontes (2016) e visaram favorecer a superação de uma compreensão problemática quanto à dialética, seja por seu puro “abandono”, seja por sua esterilização positivista.

Nos anos 1990, militando na direção da Abess, hoje Abepss, tive oportunidade de forte inserção no processo de construção das Diretrizes Curriculares de 1996 (ABESS/CE-DEPSS, 1996), trazendo para este processo o acúmulo anteriormente citado. Experiências neste período na gestão acadêmica e docência na graduação puseram-me em contato com os desafios de implantar e implementar novos projetos pedagógicos à luz das diretrizes.

Mais recentemente, nos anos 2010, como professor permanente de programa de pós-graduação em Serviço Social e líder de grupo de pesquisa, estudamos ao longo de dez anos a formação profissional sob as “diretrizes”. Nesse ambiente, também tive como experiência a gestão de programa de pós-graduação, vendo de perto os imperativos da avaliação quadrienal da CAPES, seus dilemas e contradições.

Os acúmulos de tais experiências se dirigiram à busca de compreender *os sistemas de mediações* que articulam as categorias “formação profissional” e “produção de conhecimento”, “Serviço Social” e “marxismo”. De fato, posso me considerar um sujeito privilegiado, “testemunha atuante” desse processo que aqui em poucas páginas sumariarei.

Talvez não exista nenhuma profissão que se assemelhe ao Serviço social no que tange a uma teoria social que tenha feito um processo de chegada-assimilação-crítica-autocrítica (NETTO, 1989; TAVARES, 2013). A partir do marxismo como uma teoria social, e tendo apenas a realidade brasileira como foco de análise, problematiza-se a relação histórico-teórico-metodológica neste largo período histórico que medeia desde a chegada pela reconceituação até as tendências atuais, buscando alcançar suas influências tanto no complexo processo de formação profissional quanto de produção acadêmica. Dada a amplitude temporal e temática, será feito em largas e grosseiras pinceladas. A base metodológica será a pesquisa bibliográfica nas bases de dados dos extratos A1 (*Qualis* Capes),

estabelecendo como critérios artigos que façam análises da relação entre as categorias já mencionadas.

O primeiro item apresenta, sem novidades, as bases da teoria social marxiana, diferenciando-a da tradição marxista e ressaltando sua atualidade e complexidade. No segundo, estabelecemos a correlação dela com a formação profissional, interpretando os largos movimentos ocorridos no processo histórico. O terceiro item aborda finalmente a correlação da teoria mencionada com a produção de conhecimento na profissão. Em ambos busca-se identificar os movimentos, as tendências históricas operantes, os avanços, os retrocessos e os perigos. As aproximações conclusivas encerram o artigo.

## Pilares da teoria social marxiana: problema e tensões

Partilho da ideia de que a observância do “modo de construção” da teoria social de Marx (TSM) é tão importante quanto ela mesma. Chama-me atenção no evoluir de construção de sua teoria social como Marx, em parceria com Engels, constroem-na, transitando com *liberdade em pensar o mundo em movimento*, o que certamente aprendeu com Hegel em sua historicidade dialética, contraditando a concepção kantiana (HEGEL, 1987). O jovem Marx, despossuído ainda de uma noção mais elaborada do que *era a ordem burguesa*, ou como “funcionava” o capitalismo, percebia o mundo nas suas determinações ainda mergulhado nas raízes prussianas e da influência da esquerda hegeliana. Mas isso não lhe impediu de aprender com Hegel desde sua *dialética de ponta-cabeça*, que muito lhe favoreceu e determinou a compreensão do mundo como dialética e historicidade; por exemplo, em *Crítica à filosofia do direito* critica a dialética hegeliana, mas a adota na sua própria teoria social, não sem antes tratar de inverter seu idealismo estrutural (NETTO, 2009; 2011).

A mencionada *liberdade* facultou-lhe dialogar criticamente sempre com diferentes concepções de mundo – inclusive colidentes entre si –, como é o caso do materialismo mecanicista de Feuerbach e o socialismo utópico francês de Proudhon, Saint-Simon, Condorcet e Fourier. Em *A ideologia alemã* (2001) critica Feuerbach fazendo aporias às suas concepções, no entanto, segue pelas trilhas do materialismo filosófico, mas criticando seu flagrante mecanicismo.

Quanto à construção do pilar *revolucionário* de sua teoria, não pairam dúvidas quanto ao movimento que realizou, desde ser um “democrata radical” na sua juventude até se tornar um autêntico *intelectual revolucionário*. Tal caminho precisava ser maturado pelas experiências que passou desde os estudos no campo estritamente da crítica filosófica, passando pelos embates com os reformadores sociais e com a crucial aproximação, apropriação e superação da *economia política*. Quando amadurecido no campo dos fundamentos teórico-metodológicos, opera seu *aufheben*, superando-se na compreensão política, econômica e social da ordem, cujos estudos tornaram-se objeto de vida (não apenas intelectual). Incluem-se as men-

ções fundamentais, nessa construção, da direta participação no movimento da luta operária e a constituição a direta participação no movimento social da luta operária e constituição da “Internacional socialista”, cujo roteiro e caminho têm muito a ver com os desdobramentos prático políticos do *Manifesto comunista* (MARX; ENGELS, 2005).

Assim, a *forma dialética e processual* de construção de uma teoria (vista como acompanhamento pela razão das categorias vistas como “modo de ser do ser social” – MARX, 1982) é tão importante quanto a própria teoria social, pois que impõe coerência interna e leciona o modo de perpetuar tal modo de concepção, de leitura do mundo e de práxis social.

Os pilares do pensamento marxiano constitutivos da teoria social em foco: *dialética materialista, teoria revolucionária e teoria do valor trabalho* são indissociáveis e apresentam complexidade inerente à cada dimensão e sua articulação, seja no estrito sentido teórico, seja aplicada à qualquer área de ação social, é muito elevada. Sartre (1960), num momento de grande felicidade, afirmou que o “marxismo é a filosofia insuperável de nosso tempo”, revelando o poder incontornável do pensamento crítico de Marx. Superado será, certamente, quando a ordem burguesa, cujas entranhas desvela, for superada também, o que, dadas as circunstâncias – mesmo que periféricamente capturadas –, não se observa para além da própria crise dessa ordem, indício de surgimento de *nova sociabilidade* no horizonte próximo (ANTUNES, 2020; RAICHELIS; ARREGUI, 2021).

Arrisco dizer que o modo como se constrói o pensamento diante da realidade é outro pilar complementar que forçosamente há que ser considerado para o ensino-prática da própria teoria social. Tal constatação nos conduz a pensar nos tempos presentes em similitude aos tempos do nascimento do pensamento de Marx; operar o diálogo com uma multiplicidade de formas teórico-metodológicas de compreensão da realidade objetiva-subjetiva do ser social. Considerando ser na contemporaneidade uma quantidade expressivamente maior que naqueles tempos, a tarefa do mencionado *diálogo* torna-se muito mais espinhosa, mas não menos necessária, sob pena de nos arrojarmos num reducionismo do alcance da fecunda teoria social crítica. Insisto, sua solidez depende tanto com a realidade objetiva, quanto com as teóricas interpretações dela – entendidas como campo de batalhas da razão-teórica-histórica-política.

Outro problema de grande fôlego que se apresenta no pensar sobre os “pilares” da TSM refere-se (voltando ao ponto) à densidade e profundidade de cada um (em particular) e dos sistemas de mediações complexas que se apresentam entre elas, senão vejamos:

– *A dialética* (desde a idealista até a materialista) é um pilar cuja compreensão não dispensa a imersão no terreno da filosofia (tal como Marx fez) para apanhar em Hegel (em luta com Kant e seguidores) suas determinações, bem como os elementos de superação crítica. Mas não só, pois, se bem compreendidos, tanto em Marx quanto em Hegel, os insuperáveis elementos da observação e intervenção do/no real se achavam presentes. Não é possível se arvorar na compreensão da dialética sem o recurso à própria *dialética da histó-*

ria no calor da hora. Ou seja, tanto para Marx, quanto para Hegel (cada qual a seu modo), abstrair pela razão crítica dos refulhos da história acontecendo/acontecida foi essencial, determinante. Por isso, é inteiramente falso pensar que a socialização do pensamento crítico-dialético possa ser ensinada somente pela textualidade marxiana e marxista. É incontornável a necessidade de se passar pela mediação da história, pela captura ontológica do ser social (LUKÁCS, 1979a), pela captura das *categorias* que são “formas de ser do ser social” na sua materialidade/subjetividade pela razão crítica. Hegel as confundiu, julgando que elas nasciam nos âmbitos da razão, logo filhas das ideias; e Marx corrige o “rumo dessa prosa”, desmistificando brilhantemente e denunciando que a nascente das categorias seria/é/era o próprio real e que a razão as capturava; não as criava originariamente, mas recebia do *ser* o impulso material (ontológico) (MARX, 1982; LUKÁCS, 1979b).

Temos aqui um problema com três faces: teórica, metodológica e política. A complexidade intrínseca a esta dimensão exige imersão na filosofia, na sociologia, na economia, num mundo que cada vez menos dá incentivo à busca da profundidade e à leitura diversificada; a força à superficialidade e repetitividade (HELLER, 1985); a formação, seja profissional (acadêmica), seja política partidária, sindical, lideranças etc., padece do mesmo mal da superficialidade dominante, o que reflete na pobreza – muitas vezes identificada nas práticas políticas de quadros da esquerda partidária, sindical e até acadêmica. De certa maneira, não absolutamente, pode-se inferir que existe uma debilidade nessa “formação dialética” e que precisa ser enfrentada. O Serviço Social é apenas uma das frentes que precisam ser analisadas, o que faremos mais adiante.

– A *perspectiva revolucionária* não é um pilar estanque na construção da TSM. Desde a crítica ao idealismo hegeliano, ao materialismo de Feuerbach, passando pela crítica ao socialismo utópico francês, depois aos rumos dados ao movimento proletário europeu e mundial, Marx/Engels utilizaram um método, uma concepção de mundo na construção da utopia da compreensão/superação da ordem burguesa. As formas de enfrentamento ideológico, político e social da classe burguesa dominante para fazer ascender ao poder a classe proletária (trabalhadora) e cambiar as extremas desigualdades sociais que vinculavam o tecido social das sociedades europeias (cenário do nascimento da TSM) estiveram na pauta do debate intelectual, político e político-partidário, sindical, daquele tempo e seguem até os presentes dias na agenda dos movimentos sociais em todos os quadrantes do planeta.

Diríamos ser o grande propósito do pensamento social marxiano, foi e segue sendo (para seus legítimos herdeiros) a construção de uma nova sociabilidade baseada no autogoverno das classes-que-vivem-do-trabalho (ANTUNES, 2018), na socialização dos meios de produção, na igualdade, na equidade e na justiça social; Marx chamou de *socialismo* a esta (tomada do poder às classes dominantes pela via revolucionária insurrecional) e de *comunismo* seu estágio final, quando o Estado e as classes quedariam superados, pre-

dominando as relações “a cada um segundo sua necessidade e de cada um segundo a sua capacidade” (MARX, 2012, p. 28).

Sem embargo, a própria história tratou de relativizar a ordem histórica que Marx previu para os processos revolucionários (dos países mais desenvolvidos aos menos) e na forma da insurreição (armada ou não), bem como as contribuições de novas linhas de desdobramentos da herança do pensamento de Marx e Engels, tais como: marxismo-leninismo, trotskismo, maoísmo, stalinismo, entre outras. Além de posteriores contribuições no campo do chamado *marxismo ocidental*, crítico aos “marxismos” deformados, nascidos na Escola de Frankfurt (Marcuse) ou Escola de Budapest (Lukács), e principalmente na crítica ao marxismo “oficial” de Gramsci, deram contornos teóricos orientadores às práticas partidárias, sindicais e acadêmicas, deslocando certas teses do próprio pensamento marxiano em relação à compreensão de Estado, ideologia e revolução. As próprias lições dos graves equívocos da/na construção da Revolução Russa que levaram à brevidade da experiência e à derrota da dialética (KONDER, 1991) trouxeram para o marxismo contemporâneo enorme dificuldade para seguir defendendo a via da “ditadura do proletariado” e favoreceram a inclinação a incorporar a *via longa revolucionária* defendida por Gramsci da luta de classes e tomada do Estado pelos segmentos proletários modernos.

Assim, conquistou posição a defesa do manejo com destreza da *arma da crítica* e não da *crítica das armas*. A construção e fortalecimento de partidos de esquerda no campo do *socialismo-comunismo democrático* para dar sequências às lutas contra o capital e sua dominação econômico-política em todas as esferas, e isso inclui a formação de quadros profissionais atuantes dentro e fora do aparelho de Estado; na dimensão pública ou privada; na sociedade política ou sociedade civil.

- *Teoria do valor trabalho*: em Marx, este pilar é o último a ser construído, dando consequência ao sólido tripé ideo-sócio-político de sua TS, porque somente seria possível alcançá-lo se os anteriores tivessem sido realizados. A compreensão da categoria trabalho na ordem social burguesa foi a chave que abriu a *caixa de Pandora* dos segredos falseadores do capitalismo, liberando suas imensas contradições e revelando caminhos para a própria superação da ordem, identificando na classe trabalhadora o sujeito/objeto revolucionário, o que, em *O capital*, Marx (1988) fez genialmente. Logo, passava pela sua autoconsciência, autoconhecimento do seu lugar no processo produtivo/reprodutivo da sociedade a própria descoberta do cerne da dinâmica do capitalismo e a produção/distribuição de valor, bem como da dinâmica da acumulação, perpetuadora do poder nas mãos da burguesia e das forças das classes trabalhadoras e suas formas de luta e organização, que dariam a dimensão ao tempo/espaço para as conquistas ou retrocessos históricos.

Como as próprias formas de trabalho nas sociedades capitalistas centrais e periféricas sofreram metamorfoses (ANTUNES, 2018), sem abrir mão das categorias centrais da



análise marxiana, se avançou na compreensão mistificada da ordem burguesa, identificada pós-*era de ouro* do capitalismo, pós-Segunda Guerra, como capitalismo pós-industrial, ou mais apropriadamente como era neoliberal do capitalismo. Isso coincide com o tempo presente desafiador, seja para a interpretação da resistência contra os pilares da sociabilidade dominante, seja para seu enfrentamento e emancipação de classe.

A poderosa influência dos vetores transformadores provenientes destes três pilares, em separado e articuladamente, é difícil de medir, dadas suas proporções, mas certamente no caso do Serviço Social, seja como profissão, seja como área de conhecimento (MOTA, 2013), não passou incólume. Como veremos a seguir, outra profissão se torna depois de passar e sentir os ventos do marxismo em sua face, tanto na formação quanto na produção de conhecimento.

## Formando assistentes sociais: o que mudou com a influência do marxismo?

Como foi esquematicamente tratado anteriormente, a TSM é complexa, polêmica e diversa. Seu ensino, compreensão e prática exigem condições de tempo-espço-investimentos sem as quais os riscos de não se alcançar um mínimo de compreensão e profundidade são elevadíssimos. Esse problema é familiar ao Serviço Social e segue sendo desafiante.

A literatura especializada da profissão não tem poupado esforços para identificar e monitorar os mecanismos de formação profissional de assistentes sociais no Brasil. À diferença de outros países, possui uma entidade que há mais de 70 anos se dedica ao assunto: a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss). Mas, não exclusivamente, essa entidade, o nosso Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), capilarizados por todos os estados do país, também possuem comissões de “formação profissional”. Note-se também a extrema relevância da produção sobre o assunto nos programas de pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) na intensa e extensa produção acadêmica; com tal massa crítica (que aqui não apreciaremos, apenas nos referiremos) é possível partir de um ponto seguro de interpretação.

Quando agregamos ao assunto formação de assistentes sociais a influência marxista precisamos matizar a abordagem, pois em muitas cores distintas o espectro marxista se fraciona ao chegar, desde os anos 1960, na profissão. Desde logo importa registrar que, independente da coloração que se tome para análise desta corrente de pensamento, houve bem mais que uma “intenção de ruptura” (NETTO, 1991) na profissão (percebendo-a como mais que sua dimensão teórico-metodológica), mas uma verdadeira alteração no seu posicionamento político-ideológico e prático-institucional, mesmo que se considere suas nascentes sob clara influência neotomista (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982).

A TSM, que nasce mirando a sociedade como um todo no seu evoluir histórico macroestrutural (ordem social), buscando como fim sua superação revolucionária, é apropriada (da forma possível para a época, em manuais sindicais) por uma dada profissão que nasceu para auxiliar a “reprodução pacífica da ordem”. Logo, nas antípodas do pensamento marxiano, quando se encontra com a ordem de pensamento crítico, classista, corrosivo, entra em ebulição nas suas entranhas e o que veremos a seguir são consequências desse encontro de vetores opostos (NETTO, 1989).

Abreu (2016, p. 236) mostra que um dos “pontos de ebulição” desse encontro foi o “Congresso da Virada” (1979), revelador já da influência do pensamento marxista desde há algum tempo em germinação nas vanguardas brasileira e latino-americana da profissão. Essa interferência se localiza também pela coincidência da aprovação do novo currículo mínimo no mesmo ano. O documento, elaborado coletivamente, revela uma clara influência em sua construção do pensamento marxista ao fortalecer os eixos teóricos de história-teoria e metodologia do Serviço Social, favorecedores da inovadora percepção de assistentes sociais como membros da classe trabalhadora. A categoria das/os assistentes sociais revelou tal influência no plano organizativo, buscando a criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas)/Associação Nacional de Assistente Sociais (Anas), extinta em 1994, com orientação de engajamento das/os profissionais na luta sindical nas categorias majoritárias (ABREU, 2016).

Registre-se que o “Novo Currículo Mínimo”, aprovado pelo MEC em 1983, delimitava o fim do chamado Serviço Social de “caso-grupo-comunidade”, de influência norte-americana, ideológica e praticamente ajustador e conservador. No entanto, a ruptura com uma cultura profissional de décadas não se faria nem se fez repentinamente. O lançamento de *Relações sociais e Serviço Social no Brasil* (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982) representou o aporte teórico e histórico mais importante para as pretensões da perspectiva marxista da corrente marxista/marxiana. Isso porque confrontava, teórica e politicamente, as abordagens marxistas “sem-Marx” trazidas pelo movimento de reconceituação, e ao mesmo tempo corrigia/propunha, desde uma abordagem autenticamente marxiana, a concepção da profissão no capitalismo brasileiro, expondo pesquisa de grande fôlego sobre as origens da profissão no Brasil, no eixo São Paulo-Rio, e suas matrizes associadas à influência da Igreja Católica.

Mas Marilda Iamamoto (1982) celebrizou-se na profissão nacional e internacionalmente ao afirmá-la como profissão “inscrita na divisão sociotécnica do trabalho no processo de produção e reprodução da vida social mediatizado pelas políticas sociais”. Dava/deu e segue dando sólida perspectiva para entender a profissão como totalidade social, dialeticamente situada nas contradições e mediações do ordenamento social onde se encontre inserido. Sem dúvida supera a antiga concepção da “profissão do ajustamento social de indivíduos e família com problemas sociais”.



Netto (1991) descortina com clareza a relevância dessa produção que se estende no tempo, tornando mais exigente tanto o ensino e a pesquisa na profissão, quanto o exercício profissional na prática socioinstitucional. Não significa dizer que a perspectiva conservadora da profissão desapareceu das “mentes” e “práticas” de assistentes sociais. Pode ter desaparecido da “literatura hegemônica”, mas, contraditoriamente, segue muito presente no Serviço Social institucional. Hoje, com a disseminação da privatização e “distanciamento” (da formação mediatizada pelas TIs), e mais, com a onda neoconservadora em ascensão, parecem turvas as linhas do horizonte em relação à superação do ordenamento social dominante.

Outra expressão da influência marxista/marxiana no campo da normatização/orientação da formação profissional dá-se na transição do Currículo Mínimo de 1983 para as Diretrizes Curriculares de 1996, depois aprovadas em 2002 pelo MEC/Sesu, descaracterizando em parte a conquista de 1996. O processo de autocrítica estabelecido pela análise desencadeada em âmbito nacional revela a assimilação de claros princípios de organização e luta por interesses de resistência ético-político contra a ordem dominante, mas restritos a uma categoria profissional. Foi realizado um amplo diagnóstico das fragilidades do “Currículo de 1982”, sendo identificadas justamente no campo da influência marxista falhas e contradições na “dialética interna” da relação história-teoria-metodologia (ABESS, 1996; 1997; NETTO, 1984; FALEIROS, 1989).

A literatura especializada da profissão da primeira metade dos anos 1990 é vinculada pelo aprofundamento no campo marxiano da perspectiva inaugurada de Iamamoto (marxismo com Marx), mas também pela aportação de Faleiros (1981) na articulação entre Marx, Gramsci e Foucault, pela chegada com força da influência do marxismo ocidental – Lukács, Heller e Marcuse, através de José Paulo Netto, com um conjunto de produções em múltiplos campos, tanto de fundamentos, ética e políticas sociais, ampliando em muito o alcance da “arma da crítica” no Serviço Social. Registre-se a vultosa importância das pós-graduações como celeiros e sementeiras de tais processos. Há que se reconhecer que o viés marxista/marxiano nas suas diversas interpretações esteve a impulsionar pesquisas, movimentos, eventos, organizações, gestões, alianças, publicações, crítica e autocrítica etc.

Como disse alhures, tive a honra de testemunhar esse momento de *alpheben* na história da profissão, na segunda metade da década de 1990, de pura dialeticidade, debate, democracia. Essa base (que é muito maior do que o espaço permite sinalizar) ativou uma reação para aprofundar os fundamentos teórico-metodológicos, bem como as bases de sustentação ético-política como eixo transversal, e para dinamizar na formação profissional a relação dialética entre teoria-prática, numa unidade indissociável.

Koike (1999) e Abreu (2016) demonstram que não foi por acaso que as diretrizes se propuseram a (re)contruir as bases para a orientação da formação profissional através da tríade dos núcleos de fundamentação (fundamentos da vida social; funda-

mentos históricos e fundamentos do trabalho profissional), demonstrando uma clara perspectiva de totalidade dialética; a colocação da centralidade da “questão social” como centro da análise e da ação interventiva de profissionais com direcionamento ético-político transformador. A própria construção coletiva dessas bases permitiu à coletividade envolvida um salto de qualidade nas formas de engajamento, num processo que transcendeu a mera construção intelectual/institucional, como sucedeu em outras áreas de conhecimento/profissão.

Um dos debates mais acesos durante a formulação da proposta das diretrizes era como garantir que o aprofundamento teórico não descambasse para o “teoricismo” e, da mesma forma, o aprofundamento das determinações técnico-operativas não acabasse se convertendo em “pragmatismo”. Essa preocupação na concretização da formação profissional segue presente até os presentes dias.

Uma das estratégias que se encontrou na estruturação da proposta de 1996 foi a *transversalidade* da dimensão investigativa e da dimensão da ética por todo processo formativo. Garantia-se ao final que o perfil do/da profissional contivesse a determinação dialética da busca da superação da aparência pela mediação da investigação em direção ao concreto pensado, por um lado; por outro, a vinculação com compromissos ético-políticos com valores norteadores voltados à superação da ordem capitalista e à construção de nova sociabilidade emancipada, ultrapassando o conservadorismo.

Os anos 2000 e 2010 não foram menos profícuos no que tange às reflexões com embasamento marxiano sobre a formação profissional. Os relatórios de gestão da Abepss e o número especial da *Revista Temporalis* (2011), “65 anos de Abess/Abepss”, revelam a dinamicidade e intensidade do trabalho regional e nacional, seja na discussão, seja na difusão e aplicação da perspectiva crítica contida nas diretrizes (com base em categorias marxianas). O GTP de *Fundamentos, formação e trabalho profissional* (os GTPs foram criados em 2010) e seu incessante trabalho de articulação de grupos no Brasil de suas produções vêm fortalecendo a sólida base que vem sendo construída desde o Movimento de Reconceituação. Essa dinâmica é movida por pura militância, já que a entidade sempre se moveu com escassos recursos.

Assim, nosso original processo formativo, nascido de práticas inspiradas em construções democráticas e associativas, com base em valores emancipadores, a despeito de possuir diversidade de concepções em luta, buscou e conquistou uma unidade de propósito, hoje representada no chamado “Projeto Ético-Político”, que de fato é uma construção sempre processual, a despeito de alguns tentarem absolutizar, como se um programa político partidário fosse.

## O marxismo e a ciência na produção de conhecimento do Serviço Social

Desde os primeiros escritos, o tema entre ciência e verdade para Marx apresentou-se como diferencial, criticando a razão burguesa (expressa no idealismo hegeliano, no materialismo feuerbachiano, no socialismo “utópico” e na economia política burguesa liberal de manipulação da verdade pela ideologia dominante). Advogou por uma nova concepção de ciência: “conhecemos uma única ciência, a ciência da história” (MARX; ENGELS, 2001, p 86-87.). Combateu a fragmentação do conhecimento em “ciências especializadas”, já que neste caso a fragmentação dissolve a totalidade, que somente na perspectiva do materialismo histórico-dialético é possível refundir.

A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, *ser separados*; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente. (MARX; ENGELS, 2001, p. 86 – grifos nossos).

Além disso, estabeleceu o método “do abstrato ao concreto” como caminho metodológico necessário para reconstrução ideal do movimento do ser social na representação do sujeito, a salvo das mistificações hegelianas que confundiram a gênese do movimento do ser social (na ideia) com a gênese histórica e real (independente do sujeito) (MARX, 1982; LUKÁCS, 1979a; NETTO, 2009; PONTES, 2016).

É francamente notável, seja em densidade teórico-metodológica, seja em extensão do campo de abordagens, o impacto no Serviço Social dessa forma de concepção, que foi avançando desde os primeiros textos provenientes de autores críticos à visão conservadora predominante no *Social Work* norte-americano, mas desprovidos de um domínio da textualidade marxiana, até os autores que, a partir de Marx, aprofundaram-se em Gramsci (filosofia da práxis), Lukács (ontologia do ser social), entre outros. Mas, como em tudo que busca inspiração em uma concepção teórico-metodológica sustentada na busca da *totalidade* e da captura de *mediações*, não somente para compreender como é, mas principalmente para *transformar*, se impõem dificuldades de grande monta. Essas dificuldades, historicamente, foram se impondo à área do Serviço Social, buscando se interpor aos propósitos ético-políticos da área e configurá-la, como no passado, como uma mera área técnica a serviço da reprodução pacífica e lógica da ordem.

Essa é a história como, sob a influência marxiana no Serviço Social, do pensar crítico-dialético, buscou-se conformar o processo de *produção de conhecimento*, que de certa maneira se distingue da *formação profissional*, e, como se viu linhas atrás, apareciam separados, de forma positivista concebida, como até hoje na maioria das áreas.

Após as intensas mudanças localizadas nos anos 1990 no Serviço Social brasileiro (Lei de Regulamentação, Diretrizes e Código de Ética), os anos seguintes foram de consolidação de uma produção científica que respondesse às exigências do mundo *regulado* das agências de fomento, da *avaliação da pós-graduação*, mas que não se subordinasse à sua lógica *competitiva de recursos escassos* e antigos privilégios para as áreas das *ciências duras*.

Mesmo o Serviço Social sendo uma área, por assim dizer, inspirada na perspectiva crítico-dialética, os vetores constritores que ditam as regras da ciência e tecnologia impõem sua lógica às/aos pesquisadoras/es, grupos de pesquisa, programas de pós-graduação etc., representadas pelas métricas da *produção de conhecimento* e do mérito para aceder às condições de financiamento. Um círculo vicioso se forma: sem financiamento não tem pesquisa, sem pesquisa não tem produção, sem produção não tem pós-graduação, sem pós-graduação e pesquisa fragiliza-se a produção científica, e em consequência a graduação se torna tecnocrática.

É assim que, em meio a grandes conquistas, seja na produção acadêmica, seja na pós-graduação, seguimos submersos nas contradições que envolvem todas as áreas científicas, num franco convite cada vez mais competitivo e desigual, com embates na desmistificação do produtivismo, do positivismo, da meritocracia acadêmica, da separação entre graduação e pós (de forma inclusive elitista em alguns casos), do afastamento do chamado “mundo da prática” da academia, produzindo um fosso em que ganham os que apostam nos retrocessos profissionais e no abandono do PEP.

Um dos dilemas presentes na estrutura que envolve o Serviço Social, tanto como área profissional, quanto como área de conhecimento (MOTA, 2013), é a relação entre “graduação”, “pós-graduação”, “ensino-pesquisa” e “teoria-prática”, que na historicidade profissional revela a dificuldade que consiste em tentar levar à prática a concepção crítico-dialética marxiana de modo coerente e consistente. Está registrado na história da transição Abess-Abepss (PONTES, 2012) que havia um consenso de que dialeticamente estes pares não são dicotomias, mas unidades de diversos. Porém, como construir essa unidade? Então, a Abess separava graduação de pós-graduação: graduação (Abess) e pós-graduação (Cedepss<sup>1</sup>). No processo de construção da nova entidade Abepss, decidiu-se (diferentemente de outras áreas que possuem uma entidade separada para pesquisa e pós-graduação) pela construção de uma única, na qual se articulavam por muitas mediações as áreas de ensino (formação profissional, pesquisa) e pós-graduação (mestrados/doutorados, pesquisa). Em todas as dimensões (graduação/pós-graduação) da instituição criaram-se espaços democráticos de participação de docentes, discentes, supervisores. Essa construção revela indubitavelmente clara influência da concepção e práticas marxianas.

Importante lembrar que, graças à nova concepção do papel da pesquisa na formação e na pós-graduação, a matéria de pesquisa, nos anos posteriores à aprovação das diretrizes,

---

1 Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais (Cedepss).

mesmo com as mutilações impostas pelo MEC/Sesu (2002), a Abepss seguiu sua programação de capacitação e debate com as escolas, com os programas de pós-graduação, com as entidades CFESS e Enesso, no sentido de lutar por não perder a qualidade alcançada com as avançadas definições teórico-metodológicas, ético-políticas e prático-operativas da formação profissional. As gestões junto ao MEC, Capes e CNPq trabalharam para ampliação de bolsas de iniciação científica, de extensão, de editais de pesquisa que alcançassem o Serviço Social, bem como bolsas de mestrado e doutorado, e, mais ainda, o estímulo para que surgissem mais mestrados e doutorados em todas as regiões do país, com respaldo financeiro das agências de fomento institucional das universidades públicas e gratuitas. Trabalho este que muito frutificou, pois houve significativo desenvolvimento.

Santana e Miranda (2022), em recente levantamento analítico sobre a produção científica em nossa área, constata a predominância do pensamento de inspiração marxista, no período 2017-2020, mesmo em meio a claros retrocessos políticos ideológicos. Dado animador, mas que não elimina as preocupações das tendências sombrias sobre a nossa área profissional e área de conhecimento.

Inegavelmente há muito ainda por fazer nesse particular, no sentido de ampliar o percentual de alunos de graduação e de pós que podem aceder a essas bolsas, pois ainda é muito baixo, mas há um efetivo aumento da produtividade científica e titulação de mestres e doutores.

## Considerações finais

É lugar comum na literatura do Serviço Social a demarcação entre Serviço Social sob a influência marxista “sem Marx” ou “com Marx” (NETTO, 1989). Completaria, matizando a conhecida formulação, com outras variações possíveis de se identificar na relação entre a área profissional e a corrente de pensamento em tela: “só com Marx”, “com Marx e outros marxistas”, “com Marx e outros não-marxistas” e um largo etc.

Como em outras áreas de conhecimento das ciências sociais e humanas nas quais o pensamento marxista/marxiano também influencia, desde muito se tenta identificar o estado de “vivo” ou “morto” do revolucionário alemão (EAGLETON, 2012; WOOD; FOSTER, 1999). Mas no Serviço Social, seja o marxismo “sem Marx” (da reconceitualização, “intenção de ruptura”), “com Marx” ou “com Marx e outros marxistas (Lukács, Gramsci)”, não resta dúvida de que promoveu cruciais mudanças, ainda que sigamos falando de “intenção de ruptura” e estejamos nos deparando com uma profissão identificada por sua *inquietação e combatividade*. Mesmo sob a tempestade conservadora, ainda se reconhece um “mínimo múltiplo comum” da imagem do Serviço Social, prismada pelas posturas de suas entidades (CFESS, Abepss e Enesso) e até de algumas expressões sindicais.

Insisto ainda em um dado curioso sobre o Serviço Social-marxismo, que é o de ser reconhecido por muitos intelectuais de esquerda como refúgio crítico nas ciências huma-

no-sociais, que desde muito abandonaram as trincheiras do pensamento revolucionário sob o canto de sereia ora do irracionalismo, ora do pós-modernismo, e até mesmo do aberto conservadorismo.

As “diretrizes”, que até hoje seguem sendo implantadas e lidas, (re)lidas, construídas, (des)construídas, expressam a influência marxista/marxiana nas suas entranhas a desafiar docentes, discentes e supervisores no processo de ensino-aprendizagem-formação. A presença das categorias “questão social” e trabalho, bem como dos “núcleos de fundamentação” (articuladores das dimensões do ser social e do trabalho profissional), até para os céticos não marxistas ou desistentes de um processo revolucionário, é desafio que tensiona em direção a uma visão de totalidade social. Enfim, nesse particular da formação, o marxismo segue sendo decisivo quanto ao direcionamento de cursos e estruturas de conteúdos, mas sem ilusões quanto às inúmeras brechas que o sistema permite e que rebaixam a qualidade teórica da formação, como também empobrecem ética e politicamente sua direção.

Os muitos estudos examinados sobre a produção científica no Serviço Social revelam do ponto de vista teórico a evidente dominância da promessa (nem sempre entregue) de seguir pelos caminhos teórico-metodológicos marxianos, quase que como “obrigação”. Mas, se por um lado revela a presença deste pensamento vivo e direcionador do conceber e agir, por outro pode esconder uma limitação no diálogo necessariamente plural na produção de conhecimento.

O avanço do pensamento conservador/burguês, por um lado, e pós-moderno/derrotista, por outro (WOOD; FOSTER, 1999), cercando e acusando o pensamento crítico (que não se esgota no campo marxista) de autoritário e fechado, tem levado muitos intelectuais, profissionais, lideranças, militantes etc. a “se fecharem” ao aprofundamento das “correntes de pensamento” na batalha das ideias com as armas da crítica; tal postura fragiliza a luta, pois, à diferença da *práxis marxiana* – que chega até nossos dias com tamanha atualidade –, a nossa pode ficar restrita às paredes de nossos departamentos e prateleiras de estantes, se não ampliarmos o debate.

**Contribuições dos/as autores/as:** Definição, elaboração e revisão: Reinaldo Nobre Pontes

**Agradecimentos:** Não se aplica

**Agência financiadora:** Não se aplica

**Aprovação por Comitê de Ética:** Não se aplica

**Conflito de interesses:** Não se aplica



## Referências

- ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 50, 1996.
- ABESS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). *Caderno Abess*, São Paulo, n. 7, 1997.
- ABREU, M. M. *A formação profissional em Serviço Social e a mediação da ABEPSS: as diretrizes curriculares*. São Paulo: Cortez, 2016.
- ANTUNES, R. El proletariado digital en la era de la reestructuración permanente del capital. *Herramienta Web*, v. 24, 2018.
- ANTUNES, R. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- CARVALHO, A. M. P. *A questão da transformação e o trabalho social*. São Paulo: Cortez, 1983.
- EAGLETON, T. *Marx estava certo?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- FALEIROS, V. P. *Metodologia e ideologia do trabalho social*. São Paulo: Cortez, 1985.
- FALEIROS, V. P. A questão da metodologia em Serviço Social: re-produzir-se e re-presentar-se. *Cadernos Abess*, São Paulo, n. 3, 1989.
- GARAUDY, R. *Para conhecer o pensamento de Hegel*. Porto Alegre: LPM, 1983.
- HEGEL, G. N. *Fenomenología del espíritu*. México: Fondo de Cultura, 1987.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez-Celats, 1982.
- KOIKE, M. M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: ABEPSS/CFESS. *Direitos sociais e competências profissionais*. CFESS, 1999.
- KONDER, L. *Hegel: a razão quase enlouquecida*. Porto Alegre: LPM, 1991.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social*. Os princípios ontológicos de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social*. A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.
- MARCUSE, H. *Razão e revolução*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MARX, K. *Para a crítica da economia política e outros escritos*. São Paulo: Abril, 1982.
- MARX, K. *O capital*. Livro 1, volume 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MARX, K. *Crítica ao programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005
- MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *Revista Katálysis*, v. 1, 2013.
- NETTO, J. P. A Propósito da disciplina de Metodologia. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 14, 1984.
- NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 10, n. 30, 1989.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.
- NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. *In: Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.
- NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PONTES, R. N. De Abess a Abepss: crise, transição e conquista. *Temporalis*, v. 11, n. 22, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2142>. Acesso em: 21 abr. 2023.
- PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2016.
- RAICHELES, R.; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *Serviço Social e Sociedade*, v. 1, 2021.
- SANTANA, J. V.; MIRANDA, L. C. Produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro: resistências do pensamento crítico e dialético. *Temporalis*, v. 22, n. 44, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38856>. Acesso em: 21 abr. 2023.
- SANTOS, L. L. *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1985.
- SARTRE, J. P. *Critique de la raison dialectique I e II*. Paris: Gallimard, 1960.
- TAVARES, M. A. Marx, marxismos e Serviço Social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, jan./jun. 2013.
- TEMPORALIS. *65 anos de Abess/Abepss*. Vitória: Ufes, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), n. 22, v. 11, 2011
- WOOD, E.; FOSTER, J. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.